

Entrevista com a pesquisadora Maria Paula Meneses – Sobre colonialismo e descolonização: da necessidade de mais perguntas e menos afirmações

Marcos Antonio Batista da Silva

marcoasilva@ces.uc.pt

Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra

Marcos Silva, doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com pesquisas sobre a temática das relações étnico-raciais, destacamos entre outros trabalhos, a tese de doutorado “ Discursos étnico-raciais proferidos por pesquisadores/as negros/as na pós-graduação: acesso, permanência, apoios e barreiras”, de 2016, e o artigo “Influência familiar e a mobilidade educacional de pós-graduandos negros” , com co-autoria de Bader Sawaia, publicado na Revista Athenea Digital. Revista de pensamento e investigación social (Universidade Autónoma de Barcelona) de 2018. Marcos Silva, pós-doutorando no Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra, onde integra o Projeto POLITICS¹, entrevista para Revista Olh@res, a pesquisadora Maria Paula Meneses, numa conversa que problematiza várias questões relativas à permanência da colonização na sociedade, na universidade, e traz considerações arejadas sobre a África, e sobre a Lei 10.639/2003 no Brasil.

Maria Paula Meneses é investigadora coordenadora do CES da Universidade de Coimbra, integrando o núcleo de estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE). É doutorada em antropologia pela Universidade de Rutgers (EUA) e Mestre em História pela Universidade de S. Petersburgo (Rússia). Leciona em vários programas de doutoramento do CES, sendo co-coordenadora do programa de doutoramento em ‘Pós-colonialismos e cidadania global’. Co-coordena com Boaventura de Sousa Santos (CES) e Karina Bidaseca (CLACSO) o curso internacional ‘Epistemologias do Sul’ (CLACSO-CES). Anteriormente foi Professora da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). De entre os temas de investigação sobre os quais se debruça destacam-se os debates pós-coloniais em contexto africano, o pluralismo

¹ Este trabalho resulta do projeto de investigação POLITICS – A política de antirracismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas. Este projeto recebe financiamento do Conselho Europeu de Investigação (ERC) no âmbito do Programa-Quadro de Investigação e Inovação da União Europeia, Horizonte 2020 (acordo de subvenção n. ERC-2016-COG-725402).

jurídico – com especial ênfase para as relações entre o Estado e as ‘autoridades tradicionais’ no contexto africano –, e o papel da história oficial, da(s) memória(s) e de ‘outras’ narrativas de pertença nos processos identitários contemporâneos. Participou em inúmeros projetos de investigação, coordenando atualmente uma pesquisa sobre as relações afetivas durante a guerra. Organizou e publicou vários livros e artigos. A sua mais recente publicação é ‘Mozambique on the Move. Challenges and Reflections’ (Brill, 2018), organizada com Sheila P. Khan e Bjorn Bertelsen. Entre outros trabalhos é de referir ‘As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais’ (com Bruno Sena Martins, Almedina, 2013), as ‘Epistemologias do Sul’ (com Boaventura de Sousa Santos, Almedina, 2009, 2011; Cortez, 2010 e Alkal, 2014), ‘O Direito Por Fora do Direito: As Instâncias Extra-Judiciais de Resolução de Conflitos em Luanda, Angola’ (com Júlio Lopes, Almedina, 2012). Tem o seu trabalho publicado em diversos países, incluindo Moçambique, Espanha, Portugal, Brasil, Senegal, Estados Unidos, Inglaterra, Argentina, Alemanha, Holanda e Colômbia.

MS: Professora Maria Paula Meneses, primeiramente gostaria de agradecer a sua participação e, perguntar-lhe sobre sua trajetória pessoal e acadêmica.

MPM: Nasci no Maputo, então Lourenço Marques, em 1963, onde faço o ensino primário. Depois, entretanto, quando estou a chegar ao início do secundário, acontece o Golpe de Estado do 25 de Abril,² que significou o fim do império colonial português, e, de *facto*, colocou uma data de problemas a muita gente. Logo de seguida aconteceu a transição à independência. Isso significou que nós tínhamos de optar entre ficar moçambicanos ou portugueses, e a opção foi ficar moçambicana. Esta opção foi um privilégio que pouca gente tem, que é participar da construção de um país. Esse foi o grande desafio. Acabei a escola secundária em Maputo, cidade que, entretanto, tinha mudado de nome. É interessante, as pessoas, às vezes, pensarem sobre o que isto significou e os seus impactos. Na altura, portanto, entre 1975 e 1978, saíram de Moçambique cerca de 200 mil pessoas, que eram, essencialmente, grande parte dos quadros administrativos do Estado. Estes quadros, portugueses, porque não se identificavam com o processo, voltavam ao seu território ou iam para outros territórios.

E isso obrigou-nos a reestruturar e desenrascar, aqui usando uma expressão mais vernácula, o que é que íamos fazer. Portanto, vários de nós foram dar aulas, porque era preciso dar aulas aos que vinham a seguir a nós. Mas também significou a chegada de várias pessoas de vários países do mundo, que vieram solidariamente apoiar, porque se identificavam com os pressupostos revolucionários, e que vieram ajudar a reconstruir Moçambique, dentro das suas possibilidades. Chegavam do Vietname, da Guiné Conacri, da Bélgica, de Inglaterra, de França, assim como muitos refugiados políticos. Por exemplo, da América Latina chegam a Moçambique pessoas, colegas do Brasil, do Chile, da Argentina, que vão ajudara construir o país, porque, de *facto*, os portugueses estavam de saída. E havia, assim como muitos dos outros países, o problema da língua, e, portanto, havia aqui uma proximidade, especialmente

² A Revolução de 25 de Abril, ocorrida em 1974, também conhecida como Revolução dos Cravos ou Revolução de Abril.

com os colegas do Brasil. E essa, para mim, especialmente, e não só para mim, mas para vários colegas, foi o momento em que descobrimos que nós estávamos num processo de transição para a independência, para a construção de um país novo, mas que havia países na América Latina com regimes ditatoriais. E esta era uma forte lição pedagógica. Dos professores, que, para além de nos ensinarem matemática, física, português, biologia, ensinavam também o contexto do país.

Estas referências, davam um sentido cosmopolita, libertário, muito forte, que eu creio que vai, de certa maneira, marcar a minha geração, em que é uma geração privilegiada, que faz a transição do país. Depois acabo o equivalente ao fim do ensino secundário já na universidade [Eduardo Mondlane], porque não havia nem estudantes nem professores para garantir este nível de estudos no país. No meu tempo nós éramos 300 para o país todo. Nessa altura, é uma atitude muito dirigista por parte do Estado, a necessidade de formar quadros. Nós éramos vistos como jovens quadros que iam formar outros quadros, numa altura em que a tarefa era essencialmente formar gente. Nesse contexto somos enviados para a União Soviética, eu com vários colegas. Antes já tinham começado a sair para a antiga RDA [República Democrática Alemã], e para a então União Soviética, para a República Checa, e creio que também para a Bulgária, este último país já não estou muito certa. Mas que íamos, saíamos, de *facto*, para ir aprender a formar gente e a ter uma outra filosofia universitária mais aberta, mais dialógica.

Eu faço o meu curso de História, e regresso em 1987. Mais uma vez, tendo estudado na União Soviética, tive esse privilégio que é de observar o fim de um segundo império, o império soviético. Enquanto estudava lá acontece a perestroika, o que, de certa maneira, explica uma transição grande para aquilo que nós teorizámos aqui no CES quando trabalhamos com o Professor Boaventura ³sobre o que é que são as emergências. O problema é que a gente só vê as emergências à posteriori, só consegue fazer sentido de um conjunto de pistas emergentes à posteriori. No caso de Moçambique, depois, mais tarde, a gente começa a ver, havia muitos indícios de que o colonialismo ia acabar, mas nós não sabíamos é quando. A mesma questão na União Soviética. Estávamos lá a viver, como intelectuais pensamos, dialogamos, víamos que a situação estava errado, mas não sabíamos é quando é que vai cair. E isso aconteceu depois, quando há aquele conjunto de acontecimentos que indicam que o sistema vai cair. Agora, quando olho para trás, identifico esse momento especialmente quando o Chernenko é ‘eleito’ e chega ao poder. Nessa altura dissemos: “Pronto, algo estará a mudar”, porque tínhamos percebido que havia uma luta de poder. Para terem eleito um morto-vivo para líder do Politburo, para presidente, é porque havia um problema de poder. Quando é que aquilo ia acabar, ninguém sabia, nem como ia acabar, mas são aquelas questões que a gente aprende. Especialmente, o que é interessante nestes processos todos, e que vão me vão marcar para o resto da vida, tendo estudado na União Soviética tem a ver com a importância da história. Quando nós estamos em Moçambique, e eu comecei o primeiro ano do liceu no regime colonial, estudávamos a história de Portugal, especialmente as dinastias portuguesas... Estudávamos que o fundador da nação [portuguesa], da qual Moçambique ‘era parte’

3 Ver Boaventura de Sousa Santos. Para uma sociologia das ausências e emergências (2002).

tinha sido Afonso I, a que se seguia Sanches I, Afonso II, Sanches II, Afonso III, D. Dinis, D. Pedro... Depois veio a independência. E o meu conhecimento das dinastias portuguesas acabou ali. E começa um processo novo, onde a história é outra, nomeadamente a história do império de Mwenemutapa. De repente, eram outros impérios, era uma outra história, e que me levava a um deslocamento no sentido outro de pertença, em que nós primeiro éramos moçambicanos, depois éramos da África Oriental, depois éramos do Índico, depois éramos de África e depois é que éramos do mundo. Isto é um sentido de ser e de estar no Sul que era muito interessante. Esta experiência obrigou-nos, de facto, a conhecer o nosso lugar de fala, onde a gente está. E este foi também, mais uma vez, um dos grandes apelos que nos foi colocado, pensar pelo nosso lugar de pertença.

Depois de terminar a licenciatura, eu volto a Moçambique, dei aulas na universidade, quatro anos, e candidatei-me a ir fazer um doutoramento nos Estados Unidos, mas na área da antropologia, porque estava interessada em perceber a complexidade que era Moçambique. Fiz um doutoramento, acabei em 1999, e, em 2003, venho trabalhar para o CES [Centro de Estudos Sociais]. Candidatei-me ao CES, e venho trabalhar aqui, portanto, começo aqui em 2004. É assim que eu chego aqui, andando um pouco pelo mundo, procurando alternativas ao império capitalista, mas há esperança.

MS: Professora Maria Paula Meneses, as suas passagens por Moçambique e União Soviética contribuíram para seu ingresso no Centro de Estudos Sociais(CES)?

MPM: Todas elas contribuíram. Não há nada que eu não tenha feito, que eu não tenha trazido para dentro da instituição, porque o conhecimento faz-nos, e nós fazemos as escolhas. Aquilo que eu aprendi na União Soviética era que, quer o primeiro, quer o segundo mundo, não eram o mundo a que eu pertença. Eu, de *facto*, sou parte do terceiro mundo, mas um terceiro mundo reivindicativo, um terceiro mundo que se assume como uma outra opção. E esta outra opção é uma opção que tem de ser bem teorizada e conhecida, a partir deste outro Sul, pelas vozes e experiências do Sul. Muitas vezes, por exemplo, é normal, eu aqui na Europa ouvir as pessoas dizerem “Porque vocês tinham movimentos anticoloniais.” Isso não era um movimento anticolonial, é um movimento nacionalista, e o nacionalismo tinha outras raízes que não o primeiro e o segundo mundo, e é isso que caracteriza o terceiro mundo, e a grande dificuldade em perceber o terceiro mundo.

O terceiro mundo, para além de ter sido desclassificado e descaracterizado pelo projeto neoliberal, que atribui ao terceiro mundo todos os erros da história, parece estar sempre atrás na história, que era liderada pelo primeiro ou o segundo mundo, como a única alternativa, ou modelo capitalista ou o modelo socialista moderno. Quando cai o modelo socialista, então fica só o modelo capitalista como opção. E o que nós dizíamos na altura, é que há outras alternativas, outras referências, e é preciso ir busca-las. Hoje, estou um bocadinho mais cínica em relação a isso, creio que o modelo capitalista, de *facto*, é o grande, o almejar do capitalismo é algo que caracteriza grande parte destes movimentos que saem das lutas emancipadoras, é o desejo de ser capitalista. Hoje, creio que nós, na altura, não percebemos.

Quando olho para o mundo, não só para o meu país, mas para a África do Sul e para a Tanzânia, para a Índia, para o Brasil, vejo que todos aqueles movimentos emancipadores têm muita gente lá dentro que quer ser capitalista. E pergunto-me se, de facto, aquela proposta que existia, a partir do, das teorizações do Lenine, do Sun Yat-sen, e por aí fora, de que era possível chegar ao socialismo sem passar pelo capitalismo, de facto, é possível; hoje creio que não é possível. É preciso experimentar as dores do capitalismo, a experiência da violência capitalista, para a gente avançar com propostas outras. Porque para muita gente, o capitalismo é visto, com alguma lógica, como um movimento emancipador, poder ser capitalista, para quem não é cidadão, para quem não tem nada, é sub-humana, pode representar um projeto, temporalmente situado, de emancipação.

MS: O que mudou então?

MPM: O que mudou em Moçambique, mudou a cor do poder, os países africanos e os países asiáticos, eu diria, são a grande referência no mundo de uma outra ontologia, de um outro ser que é político, e aí temos o pan-africanismo, o panasianismo, o pan-arabismo. Estes são movimentos grandes que descolam sobretudo no início do século XX, à volta de referências linguísticas, intelectuais e histórias. Portanto, há um outro pensar, uma outra reivindicação, e esse é que é o grande problema, hoje, deste sujeito que não é reconhecido, e continua a não ser reconhecido. Eventualmente, o problema do fim da história é que, enquanto nos anos 70, 80, nós conseguíamos falar entre nós, a partir das nossas diferenças, com a queda do muro de Berlim, as diferenças passaram a ter que ser articuladas a partir do modelo do Norte, que é a grande referência para todos nós. Nós traduzimo-nos a partir de um projeto prescritivo oriundo do Norte global. Isto, para mim, é um problema.

Nunca posso ser eu a falar, tenho sempre de estar a traduzir para linguagem do Norte: O que é que eu acho que é emancipação? O que é que eu acho que é desenvolvimento? Por que eu não gosto de usar o anticolonialismo? Não posso usar as nossas próprias expressões porque nós perdemos a capacidade de nos escutarmos e conhecermo-nos, a partir da cabeça dos outros, que tinha sido o grande alcance ontológico, e creio que continua a ser, entre grande medida, do pan-africanismo, do pan-asiatismo, do pan-arabismo. Todos estes projetos reveram-se problemáticos, mas foram, de facto, projetos muito interessantes, que estão ainda em cima da mesa.

Um dos grandes problemas é a ausência da história, no plural. Esta métrica, a sociometria, quando o que conta são artigos, leva a que as pessoas, nesta ânsia de escrever e publicar, não se preocupem tanto em tentar perceber sobre que é que se está a escrever, a conhecer outras posições. E Muitas vezes, apesar de geograficamente estarmos localizados no Sul, escrevemos com a cabeça do Norte, epistemologicamente situados no Norte para cumprir as métricas, e cilindrando colegas, não citando, não referindo, não conhecendo. Neste sentido, estamos, de novo, a produzir desconhecimento sobre estas realidades. O problema é até que ponto nós não estamos, eventualmente, a deslizar para um projeto mais amplo de descaracterização das especificidades do mundo? Pode ser que hoje seja um dia mau, pode ser que amanhã esteja mais bem-disposta.

É muito importante que a gente conheça as lutas e porque é que houve essas lutas. Porque cada luta é um caso e cada caso é um caso com as suas resistências, as suas alternativas, as suas propostas. Não há nenhum país que represente todos. Face a esta diversidade que é o mundo, eu, por exemplo, não sei até que ponto as pessoas entendam o que é a descolonização, na perspetiva africana. Quais são os grandes desafios? Eu subscrevo a opinião de vários colegas, para quem a descolonização é um horizonte de aspirações, ondes consigamos criar um projeto político com que todos nos identificamos, com os nossos contributos; e não apenas o encaixar num projeto de matriz eurocêntrica, que é o estado moderno.

Isso para mim não é emancipação, isso para mim é tornar-me estrangeira no meu país: continuo a usar leis que eu não conheço, que não são minhas, tenho de usar um sistema educativo, judiciário, etc. que não é totalmente meu, e por aí fora. Aqui a descolonização é nós reconhecermos, sobretudo, que estes seres que o colonialismo produz como não existentes, ou sub-humanos, têm história e conhecimento, como qualquer outro, e é preciso perceber qual é o contributo destas outras histórias e outros desconhecimentos para este outro projeto, para o qual nós fomos forçados a entrar, porque as nossas fronteiras têm cento e poucos anos, mas que herdámos, e agora temos de nos governar lá dentro, e temos de sair desta confusão pensando sobre nós, connosco, com o resto, percebendo o que é que nós somos. Há assim uma tensão muito local, ou nacional, ou global, aonde é que isto tudo se encaixa, e é um exercício difícil, porque, como eu lhe dizia... o exercício prescritivo que foi a construção pelo Norte global, é um exercício muito perverso, porque produz uma referência sobre o Sul, onde está África, como um espaço sem história, sem conhecimento e sem experiência. Já que agora estamos aqui numa conversa, diga-me lá três coisas que, na sua opinião, são oriundas de África e são muito progressistas?

MS: Progressistas?

MPM: Sim. Com a sua justificação, porque é que acha que são progressistas.

MS: A cultura.

MPM: África não tem cultura, tem culturas, porque nós somos 55 países, três mil grupos etnolinguísticos pelo menos. A diversidade é enorme. Não há cultura africana, isso é uma, um projeto colonial, mais uma vez, reduzir um continente a um país, é um projeto colonial. Está a ver como é difícil? A gente procura sair do referencial colonial sobre nós. Eu dou-lhe outro exemplo, é frequente, eu no Brasil ouvir falar de África Subsariana, como se o Saará fosse uma barreira. Como se fosse um continente partido em dois: a África do Norte e a África ao Sul. E eu pergunto-me: «Mas o Saará sempre foi uma zona de contacto. Porque é que, de repente, se produz esta ideia de separação, onde se aplicam outros indicadores de análise global?»

No outro dia, estava numa tese, e dizia eu a um colega: “Sabe, eu sinto-me desconfortável com esta questão dos indicadores da África subsariana.” E ele dizia-me: “Ai, porque África subsariana tem indicadores de educação piores que o Norte de África.”, e eu contestei: “Está bem. Mas você aqui na África subsariana tira as Maurícias, tira a África do Sul, tira a

Nigéria. O que é que você está aqui a querer dizer? É que há uns que conseguiram partir porque têm indicadores de produção científica, etc., que os destacam, portanto, já não são partes de África subsariana. Portanto, já nem sequer categoria de África subsariana nos interessa. Nós usamos indicadores que são indicadores, neste caso, da África subsariana, que respondem a um projeto intelectual e político perverso. A África subsariana, a intervenção europeia no contexto africano, acontece a dois momentos: o primeiro era que a missão colonial, supostamente, acontecia porque era preciso trazer a razão, o conhecimento e a ciência a África. Agora, havia ali um pequeno detalhe, as universidades mais antigas estavam do outro lado do mediterrâneo que, por acaso, naquele contexto, era parte de África. Está a ver? há aqui uma tentativa de tirar esta parte, e dizer que ela não é África, e dizer que os outros é que eram os atrasados.

E, portanto, constrói-se esta referência de separação, porque há trocas de embaixadores, etc., que vão continuar com o Norte de África até 1820, 1830. Então, constrói-se a ideia de que aonde está o Islão, nós temos, apesar de não ser a civilização das metrópoles coloniais europeias, temos processos civilizatórios antigos, porque tem a ver com o império otomano, etc. Agora, o que acontece é que o Saará não é uma barreira, é uma zona de contacto, as caravanas, as próprias sociedades que lá estão, o Sudão, o Chade, etc., pertencem ao Norte ou ao Sul? Porque é que eu tenho de os espartilhar? Mais uma vez a gente pergunta: “Mas porque é que a gente usa este conceito?” Mas está, está cheio destas, são conceitos tão vigentes que nós próprios em Moçambique os usamos, de forma acrítica. Isto tem problemas, porque, por exemplo, daquilo que eu sei, o país do mundo mais antigo a ter o Cristianismo como religião de Estado, com a exceção do Império Romano, é Axum, a atual Etiópia, século IV. A Etiópia está em África. Portanto, como é que o colonialismo português diz que vai levar a fé e o império, quando a fé está lá, numa altura em que Portugal não era cristão. É por isso que é tão importante não conhecer para legitimar o projeto político.

Este é o nosso grande desafio, é dizer: “Isto também é nosso”, que o cristianismo é, também, uma religião africana. Não é o cristianismo de Roma, é o cristianismo Copta, mas é um cristianismo, e é o cristianismo como religião do Estado, a partir do século IV. Eu tive a sorte de estudar num país, a União Soviética, que não tinha ligações afetivas coloniais com nenhum dos países a que eu pertencia, nem Moçambique, nem Angola, na zona austral de África. Nós estávamos ali calmamente a estudar história, a mostrar as minhas próprias ignorâncias em relação, inclusivamente, a grande parte do Índico.

Nos meus estudos vou descobrir muita coisa que me interessava. Esta presença na União Soviética teve essa parte interessante, de ir conhecendo outra história que, provavelmente, em se tivesse estudado em Portugal, eu não estudaria, ou nem estudaria sequer no Brasil, porque o Brasil copiou o modelo europeu colonial, imperial, da história. É nessa direção que eu vou, e é por isso que a descolonização, para mim, tem essa dimensão muito profunda, que é refazer a história, no plural. A história a que nós nos é imposta hoje é sempre um projeto político, e é um projeto político para legitimar quem está no poder. É por isso que eu não concordo muito com a ideia de que é preciso recuperar a memória, não é preciso recuperar o direito a escrever outra história, porque senão, nós estamos sempre dentro da modernidade e pronto, e é o fim da história.

MS: Professora Maria Paula Meneses, em sua trajetória, tem-se dedicado a diversos temas de investigação, entre eles, os debates pós-coloniais em contexto africano, correto?

MPM: A grande questão pós, é que o colonial não acabou, ou seja, nós tivemos independências políticas, no caso africano há dois grupos macro, quando saímos para as independências, há o grupo de Monróvia e o grupo de Casablanca. O grupo de Monróvia era um grupo muito mais interessado em chegar ao poder e manter o *status quo*, mantendo a estrutura política herdada da relação colonial; já o grupo de Casablanca apostava noutro projeto nacionalista, era um projeto a recompor, a combinar, a partir das experiências vividas. Esta posição vai aparecer numa data de poemas e de literatura de combate: o tema do regresso às origens, indo buscar, também, as referências culturais, políticas, endógenas e combiná-las com o projeto colonial, porque, querendo ou não querendo, o estado colonial é uma herança, uma herança muito pesada, mas é uma herança.

A maior parte dos nossos dirigentes, creio que estão muito conscientes disso, dessa herança. Por exemplo, o Presidente Mondlane, que é o presidente da Frente de Libertação de Moçambique, talvez o movimento mais importante nacionalista em Moçambique, lutava abertamente contra a presença colonial, teve, inclusivamente, os entre seus amigos, alguns dos destacados políticos portugueses que o vão tentar cooptar. Mas ele vai dizer: “Não, nós lutamos pelo direito de autodeterminação.” Eduardo Mondlane é amigo de Adriano Moreira e etc., portanto, havia aqui um mínimo de cumplicidades. No final da década de 1960, pouco tempo antes de ser assassinado, Mondlane diz: “Podemos não herdar nada de Portugal, eles até podem levar tudo, mas nós vamos herdar o Estado e vamos ter que viver com o Estado.” Portanto, é uma herança pesada, mas que nos é imposta e aquilo que dá dinâmica de funcionamento àquela estrutura geográfica, geopolítica, que é de novo uma invenção portuguesa que foi o espartilhar de povos e nações.

A partir da Conferência de Berlim, vamos, um bocadinho antes, mas vamos assistir ao dividir do continente em função dos interesses imperiais, muitas vezes, juntando numa mesma colónia nações antagónicas. Era mais ou menos o mesmo que chegar aqui e meter a França e a Alemanha dentro do mesmo país porque nos interessa, e não queremos cá saber que eles não se entendam, isso é um problema deles, eles hão de se entender. Isto é um exemplo da violência do projeto colonial, a negação de qualquer legitimidade, qualquer aspiração destes povos. E depois há aqueles ignorantes como Kant, que nunca saiu do seu lugar de Königsberg, que vai dizer: “Não. A civilização vem do oriente para o ocidente”, sem reconhecer os contributos de África? Como é que ele pode escrever sobre um lugar que ele não conhece? Esse é que é o grande legado colonial, é que nós temos aqui, é um projeto político, ontológico e epistemológico. “Eles não têm conhecimento, eles não existem, eles têm que ser controlados pelo nosso projeto.”

E, hoje, muitas vezes, procuramos dialogar intelectualmente, nós os dois conseguimos ter uma conversa intelectual, os dois passámos por um projeto colonial que é a universidade moderna. Agora, eu não posso reduzir um médico tradicional de Moçambique, obrigá-lo a falar nos mesmos termos, usando os mesmos conceitos, porque ele parte de outras referências

epistemológicas, de outra perspectiva. Nem fala, provavelmente, muito bem português, ou sequer fala português. Eu agora vou dizer que ele não tem conhecimentos? Não são válidos? Porque o meu conhecimento é que é válido? Porque eu estudei numa universidade que está legitimada por uma determinada relação de poder?

MS: A universidade pode ser um agente de descolonização?

MPM: Da descolonização? Poderá ser, apesar de eu ter muitas dúvidas na maior parte dos casos, não por causa da história da literatura, porque esses são produtos periféricos, o meu problema é a economia e a justiça, que são esses os grandes pilares do moderno projeto colonial capitalista, que só existe este modelo de Estado. Mas há vários projetos de Estado no mundo, que todos nós estudámos, na Mesopotâmia, no Egito, etc., etc., mas dá a ideia de que agora chegámos ao moderno Estado-nação e não se sai daqui, quando em todos os países a gente vê que o moderno Estado-nação não funciona. Não sabemos o que é que vem aí, mas este modelo, já vimos que não funciona. No entanto, as faculdades de direito não podem ser questionadas sobre isto. Eu não sei como é que é isso é com vocês no Brasil, mas no meu caso, especial, específico de Moçambique, ou de Angola onde eu trabalhei, eu não consegui encontrar em lugar nenhum, nenhuma tribo latina, nem germânica, no entanto, o direito que está subjacente ao moderno Estado-nação é de tradição romano-germânica. Porque é que eu tenho de usar um direito que não é meu? Essa é uma questão que nós temos que perguntar. Porque é que eu tenho que comprar um pacote legislativo, supostamente universal, que está, de *facto*, a manietar-nos a todos, e a criar-nos um horizonte quase sem esperança em que ou entramos naquele barco, ou não? E isso está cada vez mais presente, estas atitudes recentes.

Eu não estou a dizer que a gente não tenha responsabilidades, e a questão no Zimbábue preocupa-me imenso, mas acho que a Inglaterra não tem legitimidade nenhuma para dizer “ vamos colonizar o Zimbábue outra vez porque eles não têm capacidade para se governar”, isso é uma ingerência brutal, como é o caso da ingerência agora na Venezuela. Isto tudo, para mim, mostra-me que o colonialismo não acabou. Que há determinados países que se acham no direito de interferir na vida dos outros. Eu até acho bem que ajudem os países a reestabelecer a democracia, mas eu não entendo por que é que a União Europeia, em bloco, não foi exercer pressão junto do Presidente Macron quando começaram os problemas com os coletes amarelos, e houve todos aqueles descatos em França. Porque é que nós temos dois pesos e duas medidas? Não consigo que me expliquem. As situações eram muito semelhantes. Na França também têm pessoas a morrer de fome, não têm comida, há muita violência. Que está a acontecer? Porque é que não há apelo da comunidade internacional para haver uma intervenção? E o que é paradoxal é que, no caso da Venezuela, estou a falar, em tempos atuais, que eu saiba, apenas alguns, a maioria dos países latino-americanos e da Europa ocidental, que são parte da União Europeia, resolveram apoiar o regime do autoproclamado, mas o mundo é um bocadinho maior. Há outros países europeus, há países africanos, há países asiáticos. Estes não contam. Ouvimos as notícias e dizem: “A comunidade internacional.”, mas quem é a comunidade internacional? Voltamos, de novo, ao discurso colonial, em que há um grupo de países que podem governar o mundo? Isto preocupa-me.

Os estudos pós-coloniais têm várias tendências, e nós problematizarmos até que ponto nós não continuamos a funcionar dentro de uma lógica colonial capitalista, em que há países que acham que têm o direito a intervir sobre os outros. E no caso norte-americano, e não é o caso único, o Brasil também não anda muito longe, o que nós temos, de *facto*, são países que nunca questionaram a necessidade de descolonizar a sua estrutura. Ou seja, o que nós temos nos Estados Unidos um exemplo de uma exportação do modelo inglês, original, com algumas adaptações, etc. Mas é um estado que nunca se descolonizou, que não procurou integrar os povos originários, nem a grande massa dos descendentes dos escravizados. Portanto, e vêm-me perguntar a mim se nós somos democráticos? O problema é, exatamente, este, é que nós estamos a funcionar num regime de absoluta ausência democrática em termos de outras referências culturais. O máximo de consciência crítica que nós temos é uma consciência crítica muito limitada, desde que não entoque nas representações fundacionais do que é que a Europa se conseguiu, com o Atlântico Norte, se conceptualiza a si próprio em termos de instituições. O meu problema não é as representações, são as instituições.

MS: Professora Maria Paula Meneses, eu observei uma frase sua, em um jornal de notícias, que o conceito predominante de África é por mais homogeneizante, contendo realidades diversas e bastante heterogêneas. A sra. poderia falar um pouco sobre isso?

MPM: Eu acho que isso, tem duas ou três dimensões, é a continuação do modelo colonial, portanto, as pessoas não são autocríticas sobre o que é que significa, é a mesma coisa que eu lhe perguntar assim: “Mas como é que se sente como americano?” Como é que me responde? Gosta da comida americana? Sabe dançar danças americanas?

MS: Não sendo americano?

MPM: Não, vocês são americanos, vocês são do continente americano.

MPM: Mas vai-me dar essa resposta: “Pois, eu comida americana não sei muito bem o que é que quer dizer com isso. Pois, danças americanas, eu não sei muito bem o que é que quer dizer com isso”. Estamos na mesma. Quer dizer, nós, eventualmente, assumir-nos-emos como africanos, estamos muito fora dos nossos países. Porque primeiro, somos da cidade, depois somos, às vezes, de grupos étnicos, depois somos dos países, depois somos da região. Porque a diversidade é tão grande que nos torna muito difícil nós compreendermos quem é que nós somos.

Reduzir África a uma questão racial é um dos grandes, uma das grandes heranças do regime colonial. O pensamento colonial é uma das formas de desentendimento do que é que África contribui para o mundo. Estes contributos são imensos, no campo da literatura, no campo da ciência, no campo da filosofia, no entanto eles são sempre apresentados como outra coisa. Veja o caso do Egito, que dá muito jeito. O Egito, quando são coisas boas é parte das civilizações do mediterrâneo, quando há confusões é parte de África, porque a divisão é mais ou menos esta. Mas todas as contribuições, dos regimes dos ventos, das cisternas, etc.

Tudo é conhecimentos de outras partes do mundo que, por exemplo, os portugueses vão apropriar e desenvolver e dar seguimento para outros. Em vez de nós vermos este contí-

nuo de processamento, nós somos treinados para ver a coisa só quando ela surge na Europa, ou seja, quando a Europa, como projeto geopolítico, se apropria desse conhecimento e o transforma em seu. As raízes dessas coisas não interessam. Que a geometria venha do Egito, não interessa, as navegações sofisticadas acontecessem no Índico não interessa, que o cristianismo também apareça no continente africano, não interessa, porque isso põe em questão um todo projeto de legitimação geopolítico que é o Norte. E esse Norte é comprado por muitos dos supostos subalternos que desconhecem o que é, o que é África, e vão reivindicar um conceito de África que é o conceito colonial. É este regime de desconhecimento de escalas de desconhecimento muito profundas, que permite continuar a construir desconhecimentos sobre desconhecimentos, em vez de tentar produzir conhecimento a partir do reconhecimento do nosso desconhecimento. Isto é a ação do colonialismo no presente.

MS: E como mudar, essa história?

MPM: A história vai ser sempre o campo de debate. Não há nenhuma história pura, absoluta, universal, inquestionável. Não é possível. Qualquer história é um projeto de um determinado grupo a tentar dar coerência a uma determinada região, um determinado coletivo; este projeto vai ser desafiado, nomeadamente, por aqueles que não se sentem representados nesse coletivo. E essa é que é a forma interessante de construir a história, sair do cânone da moderna história. A história moderna é, de facto, a consagração de uma determinada realidade geopolítica, que é o moderno Estado-nação. Não nos deixa, muitas vezes, tratar os nossos problemas. Por exemplo, várias instituições internacionais descrevem os africanos como muito promíscuos, com muita poligamia. No entanto, quando nós entramos no contexto latino-americano dizem que há muito “poliamor”.

Então, a pergunta: “Mas como é que vocês sabem que do outro lado não há relações afetivas? Porque é que nós estamos a entrar logo com uma categoria pejorativa, negativa?” Repare que não estou a dizer que eu esteja de acordo com os dois, mas estou a dizer de um lado e de outro, não há a mesma semântica. É por isso que é tão difícil encontrar uma coisa boa que venha do continente africano, porque tudo o que vem dali está sempre sancionado negativamente. E, por exemplo, há coisas em que nós somos iguais ao resto do mundo, temos reis que são autoridades, tradicionais, como o rei do KwaZulu, o rei da Suazilândia, o rei do Lesoto, iguais ao rei de Espanha, à rainha da Inglaterra, ao rei da Suécia, mesmo que ninguém se lembre de pensar nisso assim, mas temos, temos estas realezas, também como as há na Ásia. Mas todos estes processos políticos que têm uma outra história por detrás, um outro projeto, tornam-se muito difíceis de ser traduzido. Eu diria, porque no mundo, nós temos, de *facto*, estamos, continuamos muito circunscritos à opção entre o primeiro e o segundo mundo, há um mundo socialista, de esquerda ou *whatever*, ou nós temos o mundo capitalista, o tal terceiro mundo, como projeto, outro, diverso, que, ancorado noutras realidades também, mas dialogando com as heranças, não se torna possível. E tenta-se sempre domesticar o outro em função daquilo que é o que eu sei.

Muitas vezes, a universidade moderna acrítica funciona, de *facto*, como um projeto reafirmador da colonização e não da abertura dos problemas. Porque um problema que vai acontecer em Portugal não é o problema que acontece em Moçambique, não é o problema que

acontece em Myanmar. Agora, eu preciso é de perceber o que é que está a acontecer no mundo, por isso voltámos ao início. Eu acho que aprendi imenso, e foi uma grande reflexão para mim ter professores destas zonas todas do mundo que me mostraram os problemas dos seus países. Eu sabia o que estava a acontecer na Guiné Conacri, o que é que existia no Vietname, quais eram as opções do Brasil, quem era o Pinochet, o caso do general Vilela na Argentina. Íamos descobrindo o que é que acontecia no mundo, mas percebia que nós éramos uma parte, um processo de mudança, não éramos toda a mudança. Talvez isso tenha sido um dos grandes complementos das grandes referências da minha educação, a gente sentir-se pequenino. É que havia tanta gente que tinha uma experiência tão maior, e que era importante segui-los.

MS: Um modelo?

MPM: Foi um modelo. E depois, especialmente, os professores que nos foram marcando. Por exemplo, o Professor Aquino Bragança, que depois morre no acidente em Mbuzini com o Presidente Samora. Lembro-me do professor Aquino dizer: “Ah, Meneses, tu gostas muito de pontos finais, nós precisamos de pontos de interrogação.” Isso marcou-me para o resto da vida. A gente tem tido muito poucos, muitos pontos de interrogação e muito poucos finais.

MS: A sra. tem publicado em diversos países, incluindo o Brasil. E provavelmente orientou e/ou orienta alguns estudantes brasileiros de diversos níveis académicos. Como tem sido essa experiência? Quais são os temas? Os temas que eles trazem são temas interrogações, ou de pontos finais?

MPM: Brasil. A trajetória tem sido interessante. A trajetória começa porque nós, no CES, quisemos abrir cursos de doutoramento, porque não é possível fazer-se investigação sem formação avançada, sem a criação de redes integrando investigadores mais jovens. No CES funcionamos em rede, vamos dialogando uns com os outros. E as salas de seminário são muito interessantes nesse sentido, porque somos poucos e vamos conhecendo cada vez mais, e vamos criando laços de confiança que nos permitem dialogar de uma forma interessante, mesmo que às vezes vamos ferindo suscetibilidades. Mas conseguimos fazer esse processo. E os estudantes foram chegando. No início, eu confesso que nós tínhamos muito estudantes do Brasil e eu trabalhava com eles os temas que lhes interessavam, num aprendizado intensíssimo, porque era quase um *Crash Course* a tentar perceber porque é que eles estavam tão interessados nalguns temas, como as ações afirmativas, questões do Candomblé, entre outras.

MS: E no que se refere a Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, ela gera interesse dos estudantes brasileiros que passaram sobre sua supervisão?

MPM: Sim, não só isso. Mesmo outras, formas, por exemplo, nós estamos a falar da capoeira. O que é que significa a capoeira? O que é que significa a externalização da capoeira, que já de si é algo oriundo do continente africano, mas que, de *facto*, é brasileiro e depois

se espalha pelo mundo? Todos esses temas mostraram-me uma outra dimensão, um outro germinar de umas outras posições no Brasil, que era um Brasil que eu não conhecia, e é por isso que eu continuo a ter muita fé que as coisas vão mudar; porque há gente muito interessante, gente interessada em fazer mudança. Não é uma mudança em bloco, porque cada cabeça é uma cabeça, e, portanto, é preciso muito diálogo.

Esta foi uma das lições que aprendi nos doutoramentos, a importância de ir dialogando, mas aprendi muito. Depois, há para aí uns 6, 7 anos, começou a haver interesse naquilo que eu fazia, portanto, no trabalho com o continente africano; a partir daí tenho tentado que os doutorandos que tenho trabalhem sobre Moçambique ou Angola. E de vez em quando, surgem estudantes que vêm fazer “*sandwich*”⁴, Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros que estão interessados, exatamente, quer no material que a gente tem cá, quer nas reflexões sobre o que se está a passar. E acho que essa é uma parte importante, que é pô-los em contacto, deixá-los pensar e, especialmente, poderem visitar o país e falar com investigadores.

MS: A implementação da Lei n. 10.639/03, que versa sobre o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, pode ter influenciado nas escolhas de temas de estudantes brasileiros também?

MPM: Não, eu creio que não. Eu vou ser franca, eu sou muito crítica dessa lei, muito crítica porque acho que foi uma lei feita para o Brasil. Tem um impacto progressista dentro do Brasil e tem um impacto conservador fora do Brasil. A Lei é importante porque mostra que há uma outra história que não é a história apenas, portanto, nós temos dois grupos grandes de migrantes no Brasil. O primeiro grupo de migrantes são migrantes forçados à emigração, é o grupo dos escravizados, que são considerados como sem história, e depois há os outros migrantes, mais ou menos voluntários. Portanto, essa Lei permitiu que a outra história que estava escondida aparecesse, como fundacional da história do Brasil – a história dos escravizados.

Mas é um problema de História do Brasil. Portanto, o Brasil vai capturar esta diversidade e transformá-la na História de África, enquanto que, para nós, África não é um país, África é um continente extraordinariamente diverso. Portanto, se para dentro do Brasil tem este aspecto forte de trazer um outro campo de debate que não são só estes sujeitos, são sujeitos com experiência, com uma grande história, com o direito à autodefinição, para fora não se permite o direito à autodefinição, porque a definição parte de dentro do Brasil sobre o continente. E aí que eu digo que tem um aspecto conservador, porque não permite conhecer África pela voz da diversidade do continente africano. Eu tenho tido várias estudantes, e vocês não me ouvem a falar sobre o Brasil, porque eu acho que não conheço o Brasil, não tenho fundamento para

4 Programas que promovem a inserção de estudantes e pesquisadores de instituições brasileiras no exterior visando a abertura de oportunidades, muitas vezes através de bolsas de estudos de Agência de fomento, a exemplo da CAPES.

falar sobre o Brasil. Eu olho para o Brasil a partir dos meus problemas e tento aprender do Brasil, para, às vezes, perceber algumas coisas em Moçambique e, eventualmente, fazer comentários para fora, a partir daquilo que eu vejo. Por outro lado, eu, às vezes, fico admirada como é que pessoas que estiveram um mês ou dois em Moçambique fazem tantos comentários sobre um país que é tão diverso. Agora, estamos a falar de um país. E Moçambique não é igual ao Zimbábue, que, por sua vez, não é igual ao Congo, que, por sua vez, não é igual ao Senegal, que, por sua vez, não é igual a Marrocos. Como é que a vamos enfiar isto tudo dentro do mesmo barco? Com estas histórias, estas línguas, estes percursos, estes debates?

MS: Como tais questões poderiam ser trabalhadas?

MPM: Eu não gosto de me meter no território dos outros. Eu acho que o primeiro momento, era importante fazer, porem, penso que este tem que funcionar a vários níveis. Primeiro, não é um problema de história, é um problema de conhecimento. E, portanto, tem havido iniciativas interessantes, por exemplo, os grandes debates sobre as filosofias africanas, os filósofos africanos, o que é que eles têm produzido, e quais são os debates internos que existem. Creio que é em Brasília que há um grupo muito interessante que tem tentado traduzir alguns trabalhos e colocá-los *online*. É uma questão também da literatura. A literatura é historicamente heterogénea e diversa, mas é uma literatura muito antiga, não é uma literatura que começou há 40 ou 60 anos, com as independências. Há literatura, antiga, noutras línguas, em árabe etc., que a gente, muitas vezes, não conhece. E isso acontece em várias outras áreas de conhecimento, que são, na minha opinião, instrumentos importantes para reconhecer as interligações no mundo.

MS: Professora Maria Paula Meneses, a sra. tem uma vasta produção académica, no caso específico do livro *Mozambique on the Move-Challengers and Reflections*, poderia falar um pouco desse livro?

MPM: Ah sim, com Sheila Pereira Khan, e Bjørn Enge Bertelsen. *Mozambique on the Move-Challengers and Reflections*. O livro resulta de uma conferência onde nós estivemos há alguns anos e que tentámos mostrar o que é que estava a acontecer, fazendo uma ponte entre o passado e o futuro. O livro é assim um conjugar de reflexões entre académicos mais velhos e menos velhos, entre vários campos de conhecimento, entre moçambicanos e não moçambicanos. E optamos por fazer o livro em inglês porque nos preocupa não haver muita literatura feita sobre o tema. Há uma série de livros sobre as questões políticas da guerra civil, etc., e as violências, mas não havia algo que pusesse em cima da mesa, de várias formas, várias facetas do país, que mostram que nenhum de nós consegue impor uma linha única, numa história única.

O objetivo por detrás do livro foi esse, foi escrever em inglês, mostrando as várias complexidades, dissonâncias, conflitos que o país tem atravessado. Eu não subscrevo grande parte dos projetos políticos que, hoje, estão em cima da mesa, eu diria mesmo que nós deixámos de ter políticos, passámos a ter tecnocratas políticos, políticos de aplicação, isso está refletido na introdução ao livro, pois pensar Moçambique, quer dizer, mas isto foi feito também

connosco. Porque é que, hoje, deixámos de ter a capacidade de pensar pelas nossas cabeças, como nos desafiava o Amílcar Cabral? Passámos a funcionar pela cabeça dos outros. E isto é problemático, porque levanta sempre uma questão, que é a eterna questão colonial, que é: onde é que está a noção de soberania? Podemos nós decidir sobre nós próprios, sobre o que é que nós queremos? Nós que estamos ali encerrados naquelas fronteiras, mas compramos o projeto, ou vamos ter, ou temos que continuar a reger por outras regras, por outras instituições, porque não temos dinheiro e pedimos dinheiro emprestado, é o Fundo Monetário que vai decidir o nosso futuro? Então se vai decidir, porque é que ele não vai sentar-se no parlamento, a justificar por que é que faz pressão financeira e suspende a ajuda ao desenvolvimento? Isto são questões em cima da mesa, que decidem o futuro e que importa perceber.

Obviamente, a China é outra grande potência imperial em emergência, mas tem sabido jogar com as suas estruturas e suas formas de funcionamento, não impondo condicionantes, enquanto que, cada vez que há apoio ao desenvolvimento, vocês, no Brasil, conhecem bem isso, é sempre: “Nós damos dinheiro, mas vocês têm que fazer isto, isto e isto.” E creio que essa é uma questão que nós temos que começar a refletir. Porque é que os países acham que nos podem acusar de corruptos quando a corrupção tem dois lados? Nós temos um problema gravíssimo em Moçambique, que é o problema da dívida oculta, que se descobriu que temos uma dívida enorme que vai ser a grande herança que eu vou deixar ao meu neto, é uma dívida brutal que eu não vou pagar, nem a minha filha. Se alguém conseguir pagar, vai ser daqui a muitos anos, fruto de imensos sacrifícios, pois as dívidas são uma forma de manter os países sob controlo. Quem é que fez este endividamento? Foram bancos suíços, os russos, ingleses, juntamente com os corruptos moçambicanos. Mas, no entanto, só nós é que entramos no banco dos réus como corruptos. Aonde é que está o outro lado? Voltámos à relação colonial. É por isso é que eu digo, não é uma questão só de história, é uma questão, de *facto*, entrar nos debates políticos, e nos debates económicos. Aí é que está a grande dependência colonial, também.

Submetido em: 02/03/2019

Aceito em: 10/04/2019